

**CASANDO MOÇAS ÓRFÃS: A ASSISTÊNCIA NO CASAMENTO DE JOVENS
VULNERÁVEIS PELO ASILO DE SANTA TERESA NO SÉCULO XIX (MA,
1830-1870)**

**MARRYING ORPHAN GIRLS: ASSISTANCE IN THE MARRIAGE OF
VULNERABLE YOUNG WOMEN AT THE SANTA TERESA ASYLUM IN
THE 19TH CENTURY (MA, 1830-1870)**

Carlos Augusto Lima Barros¹

Resumo

O Asilo de Santa Teresa teve um papel importante no contexto maranhense do século XIX ao se revelar enquanto um espaço de abrigo para meninas em situação de pobreza e orfandade, oferecendo sustento material como alimentos, roupas, educação e oportunidades futuras para quando saíssem do recolhimento. A análise sobre a ajuda às órfãs desvalidas pelo Asilo de Santa Teresa possibilita um olhar crítico sobre as ideias atribuídas à figura feminina, além disso, entender sobre o funcionamento da instituição revela o tratamento dispensado a esses sujeitos. Destaca-se aqui a assistência ofertada a essas moças para se casarem, principalmente através da sua dotação o que aumentava as chances de conseguirem um bom pretendente e assim terem uma vida segundo os padrões da época, essa ajuda revela muito da mentalidade da época em relação ao corpo feminino e ao casamento, a importância dada ao matrimônio para as mulheres e o controle que visava disciplina-las. Para abranger esses aspectos foram analisadas documentações relativas ao Asilo de Santa Teresa localizadas no Arquivo Público do Maranhão (APEM) e uma bibliografia sobre o cenário maranhense do século XIX acompanhada de leituras que contribuíssem para esse olhar crítico em relação às fontes.

Palavras-chave: Órfãs; Asilo de Santa Teresa; Casamento.

¹ Mestrando na linha Linguagens, religiosidades e culturas pela área de concentração História e Conexões Atlânticas: Culturas e poderes pela Universidade Federal do Maranhão. Graduação em História pela Universidade Estadual do Maranhão (2023). Integrante do Núcleo de Estudos e Pesquisas de Gênero e Educação no Maranhão - NUPEGEM, coordenado pela Prof. Dr Elizabeth Sousa Abrantes. E-mail: carlos.barros1300@gmail.com.

Abstract

The Santa Teresa Asylum played an important role in the context of Maranhão in the 19th century as it proved to be a shelter for girls in situations of poverty and orphanhood, offering material support such as food, clothing, education and future opportunities for when they left the shelter. The analysis of the help given to underprivileged orphans by the Santa Teresa Asylum enables a critical look at the ideas attributed to the female figure. Furthermore, understanding the functioning of the institution reveals the treatment given to these subjects. What stands out here is the assistance offered to these girls to get married, mainly through their donations, which increased the chances of finding a good suitor and thus having a life according to the standards of the time. This help reveals a lot of the mentality of the time in relation to the female body and marriage, the importance given to marriage for women and the control that aimed to discipline them. To cover these aspects, documentation relating to the Santa Teresa Asylum located in the Maranhão Public Archive (APEM) and a bibliography on the Maranhão scenario of the 19th century were analyzed, accompanied by readings that contributed to this critical view in relation to the sources.

Keywords: Orphans; Santa Teresa Asylum; Marriage.

Introdução

Ao longo da sua produção, a História enquanto ciência e campo de saber passou por mudanças em concepções que influenciavam diretamente na forma como era escrita, de uma historiografia preocupada com os feitos de homens importantes e com os conflitos que ocorriam em determinadas partes do mundo, passa-se por uma renovação historiográfica no século XX que irá valorizar aspectos como o cultural, social e econômico e também os sujeitos mais invisibilizados da História. A Escola dos Annales, grande contribuidora desta renovação, demonstrará a importância de se atentar a esses temas, ampliando os objetos abarcados por esse campo do saber. A História das Mulheres também ganha espaço, pois a sua escrita era a construção de uma nova historiografia, agora preocupada com todos os sujeitos, segundo Scott (BURKE, 1992, p. 78-79) esta “faz uma modificação da ‘história’ [...]”. Questiona a prioridade relativa dada à ‘história

do homem’, em oposição à ‘história da mulher’, expondo a hierarquia implícita em muitos relatos históricos”.

Com este estudo da assistência prestada às jovens órfãs e desvalidas pelo Asilo de Santa Tereza poderemos entender tanto o funcionamento e importância dessa instituição, quanto destacarmos o aspecto da História das Mulheres a partir de uma perspectiva dos estudos de gênero como uma forma de entender sobre o imaginário feminino no século XIX e sobre a assistência prestada.

A criação dos recolhimentos, espaços reservados exclusivamente para as meninas, foram de suma importância para que estas recebessem auxílio material e ao mesmo tempo fossem educadas moralmente para se encaixarem nos padrões da sociedade da época. Marcílio (2006, p. 96) afirma que a educação e proteção dessas jovens foi uma constante preocupação, pois havia o risco de que estas se tornassem prostitutas ou tomassem atitudes mal vistas, a rua era vista como um símbolo de perdição para essas meninas. Um exemplo desses espaços no Maranhão foi o Recolhimento de N.S. da Anunciação e dos Remédios e o Asilo de Santa Teresa, ambas do século XIX com a função de amparar meninas em situação de vulnerabilidade.

Além disso, o casamento se mostrava como outro interesse, pois através deste as mulheres conquistaram um espaço de respeito na sociedade, no caso das jovens órfãs era imprescindível pela sua condição de orfandade e pobreza consideradas características mais suscetíveis a incentivarem possíveis desonras. Os recolhimentos se apresentavam como uma forma de que estas pudessem arranjar um bom pretendente, pois era oferecido auxílio financeiro para a vida da jovem e também para o matrimônio na forma do dote, um dos meios de importante assistência às desvalidas, segundo Algranti “o dote, além de representar uma segurança futura e um auxílio imediato para as beneficiárias, era imprescindível para ajudar a conquistar um noivo” (1993, p.46), sua importância era tamanha que instituições caritativas se preocupavam em oferecê-la para as desvalidas que amparavam.

Essa pesquisa possui por objetivo compreender a atuação do Asilo de Santa Teresa em relação à assistência feminina, destacando a oferta de dotes que contribuíram para que meninas em situação de vulnerabilidade tivessem a oportunidade de se casar. Em consonância com este objetivo, a metodologia consistiu em analisar a documentação utilizada, localizada no Arquivo Público do Maranhão (APEM), buscando sobre o funcionamento do recolhimento, bem como localizando essas ajudas juntamente a uma

bibliografia que contribuísse para um olhar crítico sobre a perspectiva de gênero que é possível perceber nesses documentos e o contexto maranhense dessa época.

O recorte temporal se baseia tanto na época de fundação e atuação que abrange a documentação encontrada sobre o Asilo de Santa Teresa de sua fundação até o momento do seu fechamento pelas condições que o estabelecimento se encontrava para entender o contexto maranhense de continuação no trabalho assistencial mesmo em meio às dificuldades financeiras.

A atuação do Asilo de Santa Teresa

Após um passado colonial relativamente simplório em que São Luís era uma vila com uma população de aproximadamente 300 habitantes com uma economia frágil, na época do Império, o contexto metropolitano se altera no Maranhão,

O Maranhão era agora uma província do Império do Brasil, a cuja Independência (7/9/1822) aderira (28/7/1823), embora com quase um ano de atraso; e São Luís, a capital, com seus 30.000 habitantes, era, no testemunho de insuspeitos e autorizados visitantes estrangeiros [...], a quarta cidade em importância em todo o Império, só superada pelas do Rio de Janeiro, onde sediada a Corte, de Salvador, que fora a primeira capital do Brasil na colônia, e Recife, que fora a do Brasil holandês, ou Ouro Preto, capital das Minas Gerais.

Era uma cidade em que já existiam uma colônia inglesa, de comércio importador e exportador, e uma colônia francesa, que fazia o comércio de artigos de luxo.

Já havia mesmo, em São Luís, para atender aos reclamos de uma sociedade requintada, de arremedados costumes europeus, uma casa de espetáculos – o Teatro União (hoje Artur Azevedo) [...]. (MEIRELES, 1994, p. 273).

A primeira década do século XIX no Maranhão foi marcada por um relativo sucesso econômico, fruto da ação da Companhia de Comércio do Grão Pará e Maranhão, o que permitiu que sua capital fosse a quarta mais rica do Brasil

Os viajantes estrangeiros Spix e Martius, ao passarem pelo Maranhão, em 1821, relataram ser sua capital, São Luís, a quarta cidade do Brasil em população e riqueza, depois do Rio de Janeiro, Salvador e Recife. Todo esse poderio, ocasionado pela Companhia de Comércio na segunda metade do século XVIII, ofereceu a uma minoria a possibilidade de construir os confortáveis e luxuosos sobrados, educar filhos e filhas no exterior e desenvolver costumes condizentes com o que se praticava na Europa (COE, 2013, p. 35).

No início deste século o Maranhão vai desfrutar do seu auge do sistema agroexportador através das medidas de intervenção realizadas por Marquês de Pombal ainda no fim do século XVIII. Pombal tinha por objetivo “dinamizar a economia da

colônia por meio das divisas geradas pela exportação, tendo como foco o enriquecimento da metrópole” (OLIVEIRA, 2011, p. 19).

Segundo Coe (2013), esse crescimento econômico proporcionou uma imigração portuguesa e uma entrada significativa de africanos escravizados no Maranhão, bem como investimentos urbanos na forma de igrejas, prédios públicos e moradias de pedra e cal. Os fazendeiros e comerciantes adquiriram grandes fortunas e tiveram acesso a novos estabelecimentos que surgiram na cidade de São Luís como a Biblioteca Pública, livrarias, bancos, o Liceu, entre outros.

A criação da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão pelo Marquês de Pombal no século XVIII, dentre outras medidas incentivadas pelo mesmo, contribuíram para o aumento na economia, principalmente por meio da agroexportação cujo produto de destaque era o algodão. Essas medidas garantiram a formação de uma elite agrícola e de um centro comercial na região.

Para Regina Faria, o sistema agroexportador implantado por Pombal caracterizava-se “por um tipo específico de acumulação, por meio da qual se solidarizavam o capital mercantil, o Estado metropolitano e o grande proprietário rural, sobre o predomínio do primeiro” (Faria, 2001, p.30). Foi em torno destes últimos que se estruturou uma elite agrícola e comercial no Maranhão, tendo a cidade de Alcântara (a menos de dezoito quilômetros por via marítima da Capital) como centro do desenvolvimento agrícola e São Luís, mais especificamente o bairro da Praia Grande, como centro comercial (OLIVEIRA, 2011, p. 20).

Contudo esse cenário se alterou na segunda metade do século XIX. A época dos altos preços do algodão deu lugar ao investimento no açúcar, derrubando assim os grandes lucros obtidos até então com o produto, além disso, a Guerra de Secessão que havia freado a produção algodoeira estadunidense teve fim no ano de 1865 e assim o país retomou sua liderança.

Coe destaca que:

A crise da lavoura na segunda metade do século XIX caiu como um fardo para as elites políticas e intelectuais que a tomaram como uma grande derrota, retirando da província a possibilidade de crescimento contínuo e de progresso aos moldes das grandes províncias brasileiras. Como elementos de início da crise da lavoura, estariam a súbita baixa de preços de algodão, a Setembrada (1831) e a Balaiada (1838-1840), que teriam desestruturado a vida econômica da província em consequência da queda de preços, o que levou a decadência os pequenos proprietários rurais, além do estabelecimento do comércio europeu direto com Belém, contribuindo para a estagnação econômica da província (COE, 2013, p. 39).

Além dessas questões o autor ainda aponta o acontecimento de várias epidemias como a febre amarela (1851), varíola (1854), gripe (1859) que afastaram possíveis imigrantes europeus.

Segundo Oliveira:

A partir da década de 1820, o sistema agroexportador começou a entrar em crise. Conforme aponta Bandeira Tribuzzi, tal crise esteve relacionada a fatores externos, como a retomada da produção do algodão norte-americano, e ao próprio cenário político interno daquela época, de transição política da colônia para o Império. Em si mesmo, o sistema agroexportador já trazia consigo, em sua própria estrutura, fatores adversos à sua permanência: o crescimento da economia se fazia de fora para fora; o sistema escravista impedia o surgimento de um mercado interno significativo; a exclusão de dois terços da população dos direitos da gente livre e a alta concentração da renda da população livre, assim como as proibições metropolitanas impediam qualquer potencial de atividade econômica que não fosse a produção agrícola e o comércio varejista (OLIVEIRA, 2011, p. 24-25).

Essa nova realidade cria uma situação de decadência na economia maranhense e provoca também mudanças no cenário assistencial².

No Maranhão, os espaços de acolhimento às meninas desvalidas estariam presentes através de dois estabelecimentos: o Recolhimento de N.S. da Anunciação e Remédios³ e do Asilo de Santa Teresa,

Em São Luís, Maranhão, a assistência às meninas desvalidas surgiria em meados do século XVIII, pela ação do missionário, padre Gabriel Malagrida, o mesmo que, em 1751, erigiu o Recolhimento de Nossa Senhora da Anunciação e Remédios [...] Até meados do século XIX esse foi o único asilo para meninas, daquela província.

Em 1855, a Assembléia Provincial do Maranhão criou uma nova casa, o Asilo de Santa Tereza. Posta sob a proteção da imperatriz, essa casa deveria atender as expostas, que ainda estivessem na Roda, maiores de catorze anos. [...] o Asilo tinha por objetivo principal “amparar as meninas órfãs que forem desvalidas e as expostas da Santa Casa de Misericórdia, recolhendo-as e educando-as e, por fins secundários, educa-las por maneira que possam ser empregadas com vantagens no serviço doméstico [...]”. (MARCÍLIO, 2006, p. 174).

² Como atesta Barros (2022) em monografia que analisa não somente o Asilo de Santa Teresa, mas também a Santa Casa de Misericórdia do Maranhão, importante instituição de caridade que esteve presente em diversas regiões do cenário do Brasil e mesmo em meio à crise continuou seu trabalho, tal qual o recolhimento aqui discutido.

³ Segundo Marques (1870, p. 475) a fundação do recolhimento se deve ao missionário apostólico frei Gabriel Malagrida, da Companhia de Jesus pelo alvará de 2 de março de 1751 dirigido ao bispo D. Frei Francisco de Santiago. O seu objetivo consistia em ofertar uma boa educação para as donzelas. Foram encontradas poucas fontes sobre a instituição, sendo que as localizadas abordam sobre os gastos com sua manutenção.

O Asilo de Santa Teresa foi uma instituição criada posteriormente, mas que as fontes revelam ter tido um trabalho considerável, revelando uma preocupação em amparar seu público alvo. Sobre a fundação do Asilo

O presidente dr. Eduardo Olympio Machado no relatório, que apresentou á assembléa provincial na sessão de 1854, lembrou a necessidade de crear-se uma casa de educandas, onde as meninas desvalidas encontrassem abrigo, proteção e educação, especialmente as orphans sem amparo e as expostas da Santa Casa da Misericordia, evitando assim a província a morte prematura d'essas infelizes crianças, proveniente do abandono e da miséria, ou a sua desmoralização e prostituição, se chegam a criar-se.

[...] o dr. Olympio Machado tomou o accordo de prescindir da reforma auctorisada, e de fundar n'esta capital, ad instar da dos educandos artífices, uma casa de educação para as meninas desvalidas, e em 16 de janeiro do anno seguinte publicou o regulamento creando o Azylo de Santa Thereza, e collocando-o sob a augusta e valiosa proteção de Sua Magestade a Imperatriz, sendo no dia 14 de março do mesmo anno inaugurado pelas 5 horas da tarde, em presença de grande numero de cidadãos, em uma casa espaçosa, situada no largo dos Remedios e pertencente ao fallecido desembargador Barradas (Marques, 1870, p. 35).

A documentação acima demonstra o interesse do recolhimento em prover materialmente as órfãs e desvalidas, contudo, para além disso, ao se ter uma leitura mais crítica se percebe um interesse em conservar nestas os costumes adequados que uma mulher daquela época deveria ter. A fome não era a única preocupação, mas também situações de desmoralização e prostituição. Sobre o funcionamento interno do Asilo de Santa Tereza:

O Asylo de Santa Thereza, instituição do doutor Eduardo Olimpio Machado, tem presentemente quarenta educandas, numero estabelecido pelo regulamento de 16 de janeiro do corrente anno.

Existem creadas neste estabelecimento as aulas de primeiras letras e de costuras, que são frequentadas regularmente por todas as educandas.

A consignação mensal paga ao Asylo pelos cofres provinciaes é de 600\$000 reis.

Os empregados actuaes são: Director – Barão do Coroatá; Vice-director – doutor Antonio Rego; Regente – D. Maria Joaquina Lisboa Bacelar; Almoxarife – Francisco Joaquim Pinto Barreto; Mestra de primeiras letras – D. Marcellina Roza Corrêa Lobão; Mestra de costura – D. Maria Amalia Ferreira; Capelão – reverendo Padre Antonio Tavares da Silva; Medico – doutor José Ricardo Jauffret.

A casa em que se acha o Asylo não é talvez a mais propria para um estabelecimento desta ordem, não só por ser baixa, como por não ter as precisas acomodações (Relatórios e falas do presidente da província (1839-1886), 21/12/1855).

O Asilo, enquanto uma instituição preocupada em não somente sustentar as órfãs e desvalidas que abrigava, mas também em oferecer um ensino para estas, oferecia aulas e como o documento apresenta eram principalmente de primeiras letras ofertadas por duas professoras que têm seus nomes listados entre os empregados, além disso, a instituição recebia um valor mensal pela província para manter-se.

Apesar da documentação acima mencionar o número de 40 educandas, existiram diferentes aumentos durante seus anos de funcionamento, inclusive existindo uma divisão entre as órfãs e desvalidas que ali eram abrigadas e as pensionistas que pagavam para permanecerem naquele local. Os anos de 1867 e 1869 registrados nos Relatórios e falas dos Presidentes da Província do MA (1836-1889) são dois exemplos em que o número de educandas aumenta, bem como as despesas e receitas do Asilo, no primeiro é registrado um total de setenta e oito e já no segundo cresce para oitenta e dois. Esses crescimentos de educandas no Asilo demonstram como o recolhimento era procurado e gozava de certo valor na sociedade, apresentando um bom trabalho assistencial com estas.

O Asilo de Santa Tereza foi um recolhimento que esteve preocupado em abrigar as jovens órfãs e desvalidas, incluindo-se as expostas da Santa Casa, sendo assim era oferecido abrigo e sustento material, as meninas moravam naquele local e recebiam alimentos, roupas, calçados, permitindo assim uma relativa estabilidade e proteção (MARQUES, 1870).

Essa preocupação em atender a um público grande de desvalidas que se encaixassem no perfil de educandas do Asilo de Santa Tereza unia-se a frequente necessidade de analisar e atender as variadas solicitações de introdução no recolhimento. Como existia um grande número de pedidos e uma determinada capacidade de sustento a essas jovens, era preciso atentar-se ao número de desvalidas que permaneciam no Asilo e, além disso, considerar as suas características para que, no momento certo, fossem despedidas.

Nos Ofícios do Asilo de Santa Teresa é importante nos atentarmos ao grande número de solicitações de aceitação no recolhimento, foram encontradas mães requerendo a entrada de suas filhas, tutores de meninas, tios pedindo em nome de suas sobrinhas. Dentre esses é interessante destacar dois casos que são requerimentos informando características das moças que desejavam adentrar o estabelecimento como forma de garantir uma maior chance de aceitação.

Primeiramente, tem-se o caso de Benedita Ritta solicitando que suas quatro filhas sejam aceitas, os motivos alegados são as suas orfandades de pai e por sua pobreza não podendo assim ofertar o acesso à educação para as meninas, destaca-se também nesse documento a preferência que o Asilo dispensava na questão da orfandade preterindo as órfãs de pai e mãe e depois as de pai.

Benedita Ritta Gonçalves requer á V.^a Ex.^a a graça de mandar admitir no Asylo de S^a Thereza como órfãs desvalidas, á quatro filhas q tem, as quais por sua [...] pobreza não pode dar educação. A disposição do art.^o 2^o do Regulamento Provincial de 15 de Janeiro de 1855 pelo qual se rege o Asylo, diz que esta tem por fim amparar as meninas órfãs q forem desvalidas e as expostas que estão á cargo da Santa Casa da Misericórdia; e o art.^o 2 do [...] Regulamento, tractando de taís aquisições recomendada, que sejam estas recebidas com preferencia e depois as órfãs de pai e mãe e as que o forem somente de pai... (Ofícios do Asylo de Santa Thereza (1855-1862), 17 de Maio de 1862).

O segundo caso refere-se à petição de um tenente coronel chamado Ricardo da Silva Ferro que apelava a favor de sua tutelada, neste caso é dito que foi comprovada a situação tanto de orfandade quanto de pobreza desta através de documentos. As características elencadas no ofício demonstram o que o recolhimento priorizava na inserção de suas recolhidas.

Passo ás mãos de V. Ex.^a a inclusa petição do Tenente Coronel Ricardo da Silva Ferro, que solicita a admissão no Asylo de S. Thereza de sua tutelada, a orfan Julia Rosa de Oliveira, na forma do art. 21 do Regulamento de 16 de Janeiro de 1855, por ser pobre e desvalida, e cumpre me informar a V. Ex.^a que o supplicante prova com os documentos com entrou a sua petição, 1^o que sua tutelada é orfan de pai; 2^o que tem oito anos de idade; 3^o que é pobre e desvalida; e parece por conseguinte estar nos termos de ser admittida no Asylo na qualidade de requerida (Ofícios do Asylo de Santa Thereza (1863-1870), 18 de Junho de 1864).

Com a leitura da apresentação desses requerimentos nos ofícios, percebe-se a importância de certas características para aumentar as chances de aceitação das jovens desvalidas no Asilo de Santa Tereza: a pobreza, a idade (maior de 7 anos e menor de 17 anos) e a orfandade (de pai e mãe e de pai) se revelam como elementos essenciais que seriam a favor da entrada das jovens no recolhimento.

O casamento de jovens órfãs e desvalidas pelo Asilo de Santa Teresa

O Asilo, como já dito anteriormente, por ser um local de referência, recebia um grande número de solicitações e para atender o maior número possível era necessário controlar a quantidade de educandas, a idade era um índice fundamental para determinar

as saídas do recolhimento, contudo ainda existia o desejo de que estas jovens fossem dispensadas de forma segura e nessa preocupação buscava-se que elas saíssem como professoras, para casa de parentes ou responsáveis, trabalhando no serviço doméstico ou casadas.

“[...] Não se podendo expelir dele as educandas que houvessem recebido o benefício que lhes promettera a Província no citado regulamento, era preciso dar lhes saída ou por meio do Casamento, ou provendo as em Cadeiras do ensino publico ou entregando as á seus parentes ou ouprotectores ou oficialmente collocando as em casas ou família para o serviço domestico” (Relatório e falas do presidente da província, 03/11/1870).

Com a importância que o casamento tinha para a mulher, esta era a opção mais desejada pelo recolhimento e pelas próprias jovens, este ocorria com o auxílio financeiro do Asilo, que oferecia o dote e enxovais, diferentemente da Santa Casa de Misericórdia do Maranhão aqui o termo dote é explicitamente utilizado. A leitura dos Ofícios do Asilo de Santa Teresa permite encontrar tanto menções a meninas que saíram casadas e dotadas do estabelecimento, por exemplo aqui “Forão satisfeitos os dotes devidos a duas educandas” (Ofícios do Asylo de Santa Thereza (1863-1870), 04/04/1867) e aqui “Destas sahiram 10 dotadas e casadas do mesmo estabelecimento” (Ofícios do Asylo de Santa Thereza (1863-1870), 18/05/1870) quanto também estão presentes solicitações para entrega de dotes a jovens do recolhimento.

Tendo V. Ex^a [...] respeitável despacho de 3 [...] assumido e autorizado o Casamento da Collegial desvalida do Asylo de S.^a Thereza Philomena Augusta Bandeira com Luis Pinto Ferreira de Almeida, e convindo quanto estes [...] a conclusão deste negocio, requisito a V. Ex^a.a expedição de suas ordens a fim de me ser entregue no Thesouro Publico Provincial, desde ja, a quantia de 300\$000 reis para as despesas de inxoval da Collegial; e a por o Casamento desta, os 500\$000 reis de dote que tem de ser entregues ao Noivo 8 dias depois de effeituado o Casamento... (Ofícios do Asylo de Santa Thereza (1855-1862), 04/03/1862).

Nesse ofício apresenta-se, diferentemente da Santa Casa de Misericórdia, a entrega de dois valores para os futuros noivos, além da despesa com o enxoval o dote também era entregue, inclusive se apresentando em um valor maior e aqui como já mencionado anteriormente nesta pesquisa, o valor seria entregue ao noivo após o casamento.

Nos requerimentos de casamento têm-se os pedidos de esposos de ex-educandas do Asilo para que seja entregue o valor do dote a que estas têm direito.

Marcelino José de Abreu pelo documento nº I mostra que no dia dez do corrente mes casou-se com a Antonia da Conceição e Silva, filha natural

de Maria da Conceição e Silva a qual foi educanda do Asylo de Santa Teresa do qual sahio depois do acto do casamento, como vê-se do documento nº2 e por que pela verba [...] do testamento com que falleceo o Comendador Antonio José Fernandes Guimeraes foi legado ao referido Asylo a quantia de Cincoenta contos de reis para dotar 50 meninas das que estão recolhidas no dito estabelecimento e que de novo forem admitidas, com a quantia de um conto de reis cada uma a proporção que forem casando [...] vem o [...] rogar [...] que lhe seja entregue o alludito dote a que tem direito sua referida mulher... (Requerimentos/Petições de Contraentes, 22/06/1876).

Já na Leis da Província (1883) são apresentadas aprovações de decretos e leis pela Assembleia Legislativa Provincial, sendo colocado no artigo 25 que o presidente da província fica autorizado a pagar o dote e enxoval a três maridos de ex-educandas do Asilo de Santa Tereza no valor de 800\$000 réis.

Nos Ofícios do Asilo de Santa Teresa (1863-1870) é demonstrado que se tem um valor específico a ser entregue tanto para o dote quanto para a despesa com enxovais

[...] O art. 40 de Regulamento de 16 de janeiro de 1855 dispõe, que as desvalidas que se casaram com licença do Presidente da Provincia, terão um enxoval no valor de trezentos mil reis, e perceberão depois de casadas o dote de quinhentos mil reis, que será entregue ao noivo pelo diretor no fim de oito dias. O art.º 41 do mesmo Regulamento acrescenta, que este dote será pago pelo Thesouro Provincial, e entregue ao Director logo que elle o requisitar para cumprir a disposição do artigo precedente (Ofícios do Asylo de Santa Thereza (1863-1870), 26/10/1865).

Abordando a questão da doação, os documentos apresentam o Comendador Antonio José Fernandes Guimaraes que doou 50 contos de réis ao recolhimento⁴. O doador parece ter estabelecido determinados critérios que as beneficiárias do dote deveriam ter, contudo isso só é observável com a leitura das solicitações para se receber o dote. De acordo com as nossas análises e considerando que esta informação é colocada em todas as solicitações, acredita-se que ele tenha determinado como critério o pertencimento ao Asilo. Dentre as solicitações, somente dois esposos reforçam que as ex-educandas são filhas naturais de suas mães, como, por exemplo, na solicitação de Manoel Simeão Quadros.

Manoel Simeão Quadros pelo documento nº1 mostra que [...] recebeu-se em Matrimonio com Josepha Domingas da Silva, filha natural de Anna Francisca Corrêa, educanda do Asylo de Santa Thereza, do qual sahio depois do acto do casamento, como vê-se do documento nº 2; e como o fallecido Comendador Antonio José Fernandes Guimaraes no testamento com que falleceo deixasse pela verba [...] a quantia de 50

⁴ Não obtemos informações sobre Antônio para além da doação realizada.

contos de reis para com ela serem dotadas 50 meninas do referido Asylo que se casassem; e porque a mulher do supplicante acha-se nas condições exigidas; vem respeitosamente pedir [...] entregar ao mesmo supplicante o dote de um conto de reis a que julga-se com direito (Requerimentos/Petições de Contraentes [1840-1876], 14/12/1876).

O dote funcionaria enquanto uma estrutura que provia não só a oportunidade de se casar, mas também o controle sobre o corpo feminino, a dotação acontecia enquanto uma forma de ajuda, contudo existiam outras questões além dessa. Algranti (1993, p. 46) coloca que a prática do dote revelava a forma como a sociedade da época via as mulheres e o casamento, era uma segurança futura, um auxílio imediato, um atrativo para os noivos, mas para além do que é afirmado pela autora, permitia que mulheres como as órfãs desvalidas pudessem sobreviver e não entrar em caminhos considerados pecaminosos.

Com a mulher sendo considerada mais suscetível ao pecado, a situação das órfãs desvalidas era de uma preocupação maior ainda, o dote então era uma grande proteção do seu corpo e como visto nas documentações trazidas esteve presente no século XIX no Maranhão em grande quantidade. O dote e o casamento representavam a esperança para essas jovens terem uma vida minimamente boa.

No segundo capítulo de seu livro, Louro (1997) traz as considerações de Michel Foucault sobre as relações de poder, elemento presente nos estudos feministas. Em contraponto ao entendimento de poder enquanto centralizado em determinado sujeito ou instituição, Foucault o trata enquanto uma rede de variadas direções que se constitui por toda a sociedade. O exercício do poder irá ser realizado por ações variadas que provocam reações diferentes entre si, não existindo uma polaridade fixa pois a atividade é constante. Esse panorama trazido pela autora, como a própria diz, pode ser útil aos estudos feministas.

Afinal, homens e mulheres, através das mais diferentes práticas sociais, constituem relações em que há, constantemente, negociações, avanços, recuos, consentimentos, revoltas, alianças. Talvez uma interessante representação dessas práticas seja imaginá-las como semelhantes a jogos em que os participantes estão sempre em atividade, em vez de reduzi-las, todas, a um esquema mais ou menos fixo em que um dos "contendores" é, por antecipação e para sempre, o vencedor. Isso não significa, no entanto, desprezar o fato de que as mulheres (e também os homens que não compartilham da masculinidade hegemônica) tenham, mais freqüente e fortemente, sofrido manobras de poder que os constituem como o outro, geralmente subordinado ou submetido — mas tais manobras não as/os anularam como sujeitos. Nas palavras de Foucault (1988, p. 91): "lá onde há poder, há resistência e, no entanto (ou melhor, por isso mesmo) esta nunca se encontra em posição de exterioridade em relação ao poder". A resistência — ou melhor, "a

multiplicidade de pontos de resistência" — seria inerente ao exercício do poder (LOURO, 1997, p. 39-40).

Outra concepção trazida por Foucault é a de que o poder não age meramente de forma coercitiva e negativa, existe também um lado que produz e incita.

Homens e mulheres certamente não são construídos apenas através de mecanismos de repressão ou censura, eles e elas se fazem, também, através de práticas e relações que instituem gestos, modos de ser e de estar no mundo, formas de falar e de agir, condutas e posturas apropriadas (e, usualmente, diversas). Os gêneros se produzem, portanto, nas e pelas relações de poder (LOURO, 1997 p. 41).

As relações de poder possuem interação com o gênero em que através de ações coercitivas e disciplinares se formam sujeitos capazes de agir conforme as regras da sociedade, homens e mulheres são atribuídos a determinados comportamentos e hábitos que visam manter o padrão estabelecido. O dote teria vínculo com esses poderes, agindo como uma forma de disciplinar o corpo feminino para a importância do casamento em sua vida, de que o marido seria seu responsável após o matrimônio em relação a todas as finanças e outros aspectos de seu cotidiano e de que deveria cultivar sua docilidade, submissão e outras características que eram esperadas para a vida doméstica e familiar. Essas questões em relação à visão sobre a mulher se relacionam com esse poder disciplinar trabalhado por Foucault que se constitui através de práticas cotidianas.

Certamente se poderia estender a reflexão para além dessas idéias sobre o "poder disciplinar" — o qual constitui, através de práticas cotidianas e de técnicas minuciosas, os sujeitos. O conceito foucaultiano de "biopoder", ou seja, o poder de controlar as populações, de controlar o "corpo-espécie" também parece ser útil para que se pense no conjunto de disposições e práticas que foram, historicamente, criadas e acionadas para controlar homens e mulheres. Nelas é possível identificar estratégias e determinações que, de modo muito direto, instituam lugares socialmente diferentes para os gêneros, ao tratarem, por exemplo, de "medidas de incentivo ao casamento e procriação" (LOURO, 1997, p. 41).

Conclusão

Por meio das documentações podemos perceber como se deu a atuação do Asilo de Santa Teresa no século XIX. Os serviços oferecidos possibilitaram o atendimento de jovens órfãs e desvalidas, contribuindo assim para o cuidado deste grupo dentro da sociedade maranhense.

Os recolhimentos femininos foram estabelecimentos preocupados em oferecer sustento material e espiritual para mulheres em situações vulneráveis. Nos grupos dessas mulheres estavam as jovens órfãs e desvalidas que eram consideradas mais suscetíveis a

entrar em uma vida dita pecaminosa, nesse sentido os recolhimentos foram espaços de suma importância para se garantir o sustento e proteção dessas jovens.

Nas documentações aqui expostas foi destacada a dotação de jovens órfãs e desvalidas enquanto uma prática que proporcionava o casamento, um dos caminhos desejados pelo Asilo. Contudo, por mais que tenha esse lado assistencial, o dote também funcionava como um reforço do pensamento da sociedade em relação à necessidade que a mulher tinha em se casar, era uma forma de controle do seu corpo ao simbolizar essa passagem da jovem do controle do pai para a submissão ao seu esposo. A relação de poder estabelecida disciplinaria as mulheres para entender que deveriam contrair matrimônio e entender que seu cônjuge seria o responsável por administrar diferentes aspectos da sua vida.

Ao utilizar o dote como uma forma de ajudar essas moças, o Asilo de Santa Tereza contribuiu para esse disciplinamento dos corpos femininos que auxiliava. As jovens órfãs perpassavam por uma trajetória de educação para o serviço doméstico e aprendizagem de prendas domésticas, culminando nos casos de dispensa que revelam a preocupação contínua em resguardá-las mesmo após sua saída do recolhimento. No casamento estaria incluso a passagem da tutela dessas meninas dos seus pais para o seu esposo e assim continuaria nesse processo de sujeição, agora a figura masculina se tornaria única e esta deveria estar disposta e apta a lhe obedecer.

Fontes Primárias

Leis da Província (1876-1880/1883) (Localização APEM [Biblioteca de apoio]).

APEM (Avulsos). Ofícios do Asylo de Santa Thereza (1863-1870): 04/03/1862, 17/05/1862, 18/06/1864, 26/10/1865, 04/04/1867, 18/05/1870.

APEM (Biblioteca de Apoio). Relatórios e falas dos Presidentes da Província do MA (1836-1889):

Relatório com que o Vice-Presidente, José Joaquim Teixeira Vieira Belfort, entregou à Presidência da Província do Maranhão, ao Ilm^o e Exm^o Sr. Comendador, Antônio Cândido da Cruz Machado, em 21/12/1855.

Relatório com que o Exm^o Sr. Dr. Franklin Américo de Meneses Dória passou a administração ao Exm^o Sr. Dr. Antônio Epaminondas de Melo, em 28/10/1867.

Relatório com que o Exm^o Sr. Desembargador Ambrósio Leitão de Cunha passou a administração desta Província ao Exm^o Sr. 1^o Vice-Presidente, Dr. José da Silva Maia em 04/04/1869.

Relatório com que o Exmº Sr. Dr. José da Silva Maia, Presidente da Província do Maranhão passou a administração ao Exmº Sr. Presidente, Augusto Olímpio Gomes de Castro, em 03/11/1870.

APEM (Avulsos). Requerimentos/Petições de contraentes [1840-1876]: 22/06/1876; 14/12/1876.

Referências Bibliográficas

ALGRANTI, Leila Mezan. A Irmandade da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro e a Concessão de Dotes (1808-1822). Cadernos PAGU, v. 1, 1993.

BURKE, Peter (org). A Escrita da História: Novas Perspectivas. São Paulo: Editora a Universidade Estadual Paulista, 1992.

COE, Agostinho Júnior Holanda. A assistência em crise: a Santa Casa de Misericórdia do Maranhão na segunda metade do século XIX (1850-1890). Tese (História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 2013.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

MARCÍLIO, Maria Luiza. História Social da Criança Abandonada. Editora Hucitec: São Paulo, 2ª edição, 2006.

MARQUES, César Augusto. Dicionário Histórico-Geográfico da Província do Maranhão. – Maranhão: Typ, do Frias, 1870.

MEIRELES, Mário. A Santa Casa de Misericórdia do Maranhão: subsídios para sua história. In. MORAES, Jomar (Org.). Dez Estudos Históricos. Alumar, São Luís, 1994.

OLIVEIRA, Eduardo Gomes de. Assistência a alienados na Santa Casa de Misericórdia do Maranhão (1882-1892). Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 2011.